

MODALIDADE: () PIBID (X) Residência Pedagógica () Pró-Licenciatura () Demais licenciaturas

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS INTERVENÇÕES NA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Luan Patrick Vinícius dos Santos¹; Mateus Camargo Pereira²

RESUMO

O presente trabalho objetiva relatar as experiências desenvolvidas durante o 2º semestre de 2021, no Programa Residência Pedagógica (PRP), por um graduando em Educação Física – Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - *Campus* Muzambinho. O breve relato advém de suas atividades (observação e intervenção) realizadas numa escola estadual, no município de Muzambinho – MG, e na disciplina Educação Física do ensino fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), no período de dois meses, sendo, uma aula semanal. Ao final do processo, concluiu-se que foi de extrema importância a experiência vivida no programa, a revisão de conceitos e a certeza de estar no caminho certo. Ainda há muito a desbravar, a busca pelo conhecimento deve ser constante.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação física; Programa Residência Pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à educação é fundamental para que todos possam intervir de modo consciente na esfera pública, participar plenamente da vida cultural e contribuir com seu trabalho para a satisfação das necessidades básicas e a melhoria das condições de vida da população. Entretanto, em pleno século 21, o Brasil ainda possui um enorme contingente de cidadãos privados do mais elementar direito à Educação. O Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2012) contabilizou 13,9 milhões de jovens e adultos com idade superior a 15 anos que declararam não saber ler ou escrever. Esse mesmo levantamento indicou que 54,4 milhões de pessoas com 25 anos ou mais tinham escolaridade inferior ao Ensino Fundamental e outras 16,2 milhões haviam concluído o Ensino Fundamental, porém não o Ensino Médio.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino destinada a garantir os direitos educativos dessa numerosa população com 15 anos ou mais que não teve acesso ou interrompeu os estudos antes de concluir a Educação Básica. Conforme assinala Oliveira (1999), a

¹ Licenciando em Educação Física, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – *Campus* Muzambinho. E-mail: luanmuz.patrick@gmail.com

² Docente, IFSULDEMINAS – *Campus* Muzambinho. E-mail: mateus.pereira@ifsuldeminas.edu.br

modalidade não é definida propriamente pelo recorte etário ou geracional, e sim pela condição de exclusão socioeconômica, cultural e educacional da parcela da população que constitui seu público-alvo. A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, previam, inicialmente, o direito dos jovens e adultos ao Ensino Fundamental, obrigando sua oferta regular pelos poderes públicos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A maioria das licenciaturas não prepara para atuar com jovens e adultos, os professores tendem a reproduzir nessas turmas os métodos e conteúdos curriculares do ensino das crianças, até que o acúmulo de experiência e o trabalho coletivo lhes permita construir novos saberes da docência (PEREIRA; FONSECA, 2001; RIBEIRO, 1999).

Além disso, os jovens e adultos das camadas populares não buscam frequentemente as aulas, pois a busca dos meios de subsistência absorve todo seu tempo, seus arranjos de vida não se harmonizam com a frequência contínua da escola e os conteúdos veiculados são pouco relevantes para pessoas cuja vida está preenchida por múltiplas exigências. A oferta pública de EJA quase sempre é realizada em período noturno, nas mesmas escolas e com os mesmos professores que atendem em período diurno crianças e adolescentes.

Analisando um pouco a história da EJA no Brasil, observa-se que existem mudanças significativas e essenciais referentes a essa modalidade educacional no Brasil, principalmente na legislação e na metodologia utilizada no processo ensino-aprendizagem. Tais mudanças se mostram necessárias para democratizar cada vez mais a educação, principalmente a de adultos.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência de um graduando em Educação Física - Licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) - *Campus Muzambinho*. O breve relato advém de suas atividades (observação e intervenção) realizadas numa escola estadual, no município de Muzambinho – MG, na disciplina Educação Física do ensino fundamental na modalidade EJA, sendo uma aula por semana.

A composição da sala era de 17 alunos, mas frequentavam as aulas somente 14 alunos, tendo idade entre 16 e 55 anos, sendo 03 homens e 11 mulheres. Teve uma duração de dois meses, sendo as aulas uma vez por semana, no horário das 21h30 e com duração de 50 minutos cada. As aulas foram bem efetivas, considerando o quadro de alunos frequentes, pois eram todos participativos e empenhados. No decorrer do processo, realizaram-se várias tarefas de observação e intervenção, sendo as aulas aplicadas com metodologias e conteúdos variáveis. Desenvolveram-se atividades

cognitivas, físicas e teóricas, utilizando espaços diferentes, tais como quadra, pátio, sala de aula, de acordo com a proposta de aula e as condições climáticas.

Abordaram-se e aplicaram-se jogos e esportes, como *manbol*, bocha, *spike ball*, entre outras atividades, procurando fugir um pouco do convencional, a fim de despertar o interesse dos alunos nas aulas de Educação Física, sabendo que existe um fosso separando as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos trabalhadores e as características dos cursos nas escolas públicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Desde o ingresso no curso de Educação Física até a realização do estágio, o primeiro autor deste trabalho já havia trabalhado e desenvolvido algumas dinâmicas com diferentes grupos de alunos em diferentes anos escolares, no ensino fundamental (anos iniciais e finais), no ensino médio, no médio integrado ao técnico, com o privilégio de ser voluntário do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) desde o primeiro ciclo na faculdade; tornou-se bolsista do PIBID e, no segundo ciclo, bolsista do Programa Residência Pedagógica.

Diante disso, há uma bagagem acadêmica para desenvolver e aplicar conteúdos na disciplina de Educação Física, porém, a experiência com alunos do EJA trouxe uma certa apreensão no início, por serem alunos que tinham uma rotina de trabalho constante e estarem retomando os estudos regulares depois de algum tempo. Pressupôs-se que eles não seriam participativos nas aulas, seja pelo cansaço, falta de motivação, vergonha, até mesmo por suas bagagens culturais, considerando que eles um dia receberam uma educação bancária, que não respeitava uma transferência mútua de conhecimentos, fazendo que conteúdos fossem depositados em cada um.

Graças a Paulo Freire, essa antiga concepção foi bastante criticada, principalmente em seu livro “Pedagogia do Oprimido”, que retrata justamente a opressão que esses estudantes receberam de opressores, que não são os professores, mas todo o sistema educativo. A visão bancária anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, ela satisfaz ao interesse dos opressores: para eles o fundamental não é o desnudamento do mundo ou a sua transformação. O seu “humanitarismo”, e não humanismo, está em preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falsa generosidade (FREIRE, 2004).

Assim, buscou-se trabalhar com os alunos da melhor forma possível, para que não fossem aulas massivas, mas que gerassem a possibilidade de aprendizado e satisfação. Por meio do auxílio da professora preceptora, realizaram-se discussões sobre a importância do exercício físico para a saúde e, com o passar das aulas, iniciou-se a prática para atender aos objetivos estabelecidos.

Segundo Betti (1998), a Educação Física deve assumir a responsabilidade de formar o cidadão capaz de posicionar-se criticamente diante das novas formas da cultura corporal. Um ponto a ser

destacado foi quando trabalhou-se com os alunos o tema “Esportes não Convencionais”, com o conteúdo *manbol*, visando levá-los a vivência de um esporte, além de gerar reflexão e aprendizagem desse. No primeiro momento, fez-se a apresentação do jogo *manbol*, a sua história, regras, materiais e curiosidades, na qual os alunos já demonstraram interesse pelo assunto. No segundo momento, mesmo não possuindo os materiais oficiais para práticas do *manbol*, foi possível utilizar materiais alternativos, permitindo a eles uma vivência prazerosa e significativa, identificada pelo desempenho e participação dos alunos durante a prática. Por fim, aplicou-se um breve questionário e fez-se uma breve discussão acerca do conteúdo, com o objetivo de validar o plano de aula aplicado. O resultado foi satisfatório e gratificante, pois os alunos relataram ter sido prazeroso e que não conheciam tal esporte, além de o conteúdo ter sido abordado de forma dinâmica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visualizando o processo de ensino-aprendizagem, a relação PRP e escola, estagiando e aluno-alvo, preceptor estagiando, julga-se que foi uma experiência de alto valor educacional, pois mesmo ocorrendo alguns impasses em relação à Covid-19, entre outros fatores, a atividade acrescentou ao perfil profissional do primeiro autor.

Ao final do processo, concluiu-se que foi de extrema importância a experiência vivida no programa. Conceitos foram revistos e a teve-se a certeza de estar no caminho certo. Ainda há muito a desbravar, pois a busca pelo conhecimento deve ser constante. Assim como Paulo Freire, percebe-se que a força da aprendizagem está em o ensinando ser o sujeito na condição de aprender.

AGRADECIMENTOS

Bolsista do Programa Institucional de Residência Pedagógica – RP, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil.

REFERÊNCIAS

BETTI, M. **A janela de vidro: esporte, televisão e educação física**. Campinas: Papirus, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9.394/1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, n. 12, p. 59-73, set./dez.1999.

PEREIRA, J. E. D.; FONSECA, M. C. F. R. Identidade Docente e Formação de Educadores de Jovens e Adultos. **Educação & Realidade**, v. 6, n. 2, p. 51-73, jul./dez. 2001.

RIBEIRO, V. M. A Formação de Educadores e a Constituição da Educação de Jovens e Adultos como Campo Pedagógico. **Educação e Sociedade**, v. 20, n. 68, p. 184-201, dez. 1999.